

Atoque de Bretas contra a advocacia foi destaque em setembro



O mês de setembro pareceu ter começado bem para o juiz federal da 7ª Vara

do Rio, Marcelo Bretas: ele ganhou as manchetes ao coordenar o [maior bote](#) já registrado contra a advocacia brasileira, determinando o cumprimento de mandados de busca e apreensão contra mais de 70 alvos.

No entanto, em cobertura extensa, a **ConJur** apontou [ilegalidades gritantes](#), que depois ajudaram a subsidiar uma [reclamação](#) protocolada por diversas seccionais da OAB no Supremo Tribunal Federal. O ministro Gilmar Mendes concordou com a fundamentação apontada e [mandou suspender](#) os processos no início de outubro.

No mesmo dia do bote, foi ao ar [entrevista exclusiva](#) com o advogado Cristiano Zanin, um dos alvos da operação, que se tornou o [vídeo mais assistido](#) do canal da **ConJur** no YouTube. Na entrevista, Zanin denuncia as principais ilegalidades da decisão de Bretas.

A produção de notícias denunciando os abusos continuou ao longo de todo o mês. As reportagens mostraram que, com [mandados genéricos](#) e sem a devida especificação e individualização, foram ordenadas buscas em [33 endereços residenciais](#) de advogados, com claro intuito de intimidação dos profissionais.

Reprodução/Instagram



Além disso, Bretas invadiu a competência do Superior

Tribunal de Justiça ao determinar o cumprimento de mandados na casa de três desembargadores: [um deles](#) com mandato no TRE de Alagoas; outro, do TRF-2, [casado](#) com uma advogada; e ainda uma terceira, do TRF-3, [também casada](#) com um advogado. O bote motivou manifestações de repúdio no meio jurídico.

O ataque ainda tem [erros de competência](#), já que a Fecomercio é uma entidade privada e deveria ser investigada pela Justiça Estadual; e de [imputação de crimes](#), já que seus dirigentes não podem ser acusados de corrupção nem peculato. Em outra vertente há quem entenda que, por pretender investigar ministros do STJ e do Tribunal de Contas da União, a [competência seria do STF](#).

Causou estranheza também o fato de Bretas ter aceitado a denúncia contra parte dos alvos [praticamente ao mesmo tempo](#) em que ordenou o cumprimento de mandados de busca e apreensão. O Ministério Público Federal do Rio alega que as duas frentes foram abertas porque a [investigação ainda está em curso](#).

O ataque se baseia na delação do ex-presidente da Fecomercio do Rio de Janeiro **Orlando Diniz**. O empresário já foi preso duas vezes e vinha tentando acordo de delação desde 2018 — que só foi homologado, segundo a revista *Época*, depois que ele concordou acusar grandes escritórios de advocacia. Trechos vazados da delação mostram que o empresário foi [dirigido](#) pelo Ministério Público Federal do Rio no processo.

Além de tudo, Bretas tentou bloquear [quantias exorbitantes](#) dos escritórios e dos advogados. Em investigação de supostos desvios de R\$ 151 milhões, os bloqueios determinados pelo juiz ultrapassaram

R\$ 1 bilhão. Até o relator para a independência do judiciário da Organização das Nações Unidas chegou a [cobrar explicações](#) do governo brasileiro sobre a investida, no mês seguinte.

Também foi em setembro que o juiz federal foi [condenado à pena de censura](#) pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) por ter participado de atos eleitorais ao lado do presidente Jair Bolsonaro e do prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella.

Veja as principais notícias do mês na coluna **Resumo da Semana**:

5/9 – [Confirmação do afastamento de Witzel pelo STJ foi destaque](#)

12/9 – [Maior ataque contra a advocacia brasileira foi o destaque da semana](#)

19/9 – [Condenação de Bretas por participar de atos ao lado de Bolsonaro foi destaque](#)

26/9 – [Antecipação da aposentadoria de Celso de Mello foi destaque](#)



Witzel afastado

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça [confirmou](#), no início do mês, o afastamento de Wilson Witzel (PSC) do cargo de governador do Rio de Janeiro, determinado pelo ministro Benedito Gonçalves. A decisão foi bastante [controversa](#).

Witzel tinha sido [afastado](#) do cargo por 180 dias em liminar monocrática. Na decisão, Benedito Gonçalves [afirmou](#) que a medida — tomada antes de ouvir o político — era necessária para impedir que ele use a máquina estatal para seguir praticando crimes e dilapidando os cofres públicos.

A defesa de Witzel — comandada pelos escritórios **Podval Advogados Associados** e **Bucchianeri Advocacia** —, por sua vez, nega as acusações e [afirma](#) que não esperava que "algo tão drástico" como o afastamento fosse determinado sem se dar "a mínima oportunidade de a defesa se manifestar".

As [críticas](#) se basearam, principalmente, no fato de que o afastamento não poderia ter sido determinado *antes* do recebimento da denúncia, conforme preconiza a Lei 8.038.

Entrevista do mês

Em [entrevista exclusiva](#) à **ConJur** no dia do bote contra a advocacia, o advogado Cristiano Zanin afirmou que o principal alvo da operação, na verdade, foi "o estado democrático de direito. O que ataques à advocacia que tivemos notícia em nosso país".



"Não é a primeira vez que a "lava jato" tenta nos intimidar e fazer

com que deixemos a defesa do ex-presidente Lula", prosseguiu. "A "lava jato" não gosta do exercício da garantia constitucional do direito de defesa".

Ainda segundo ele, "tudo aquilo que está dito na denúncia é absolutamente inverídico, é uma falácia, é uma inverdade".

"O fato é que nós fizemos um contrato com uma entidade privada, prestamos todos os serviços, que podem ser vistos no sistema do nosso escritório. Diante dessa situação, eu penso que a única justificativa para isso que aconteceu é realmente uma tentativa de fazer com que os advogados desistam de utilizar suas prerrogativas e desistam da própria advocacia."

Veja outras entrevistas de setembro:

***Gustavo Binenbojm**, professor da Uerj: ["Judiciário tem feito por merecer o título de censor máximo do país"](#)

***Fernando Haddad**, ex-prefeito de SP: [Reconhecer os abusos da "lava jato" fará bem à Justiça; e Supremo é poder contramajoritário e não pode ser submetido à opinião pública](#)

***Ligia Fonseca Ferreira**, professora da Unifesp: [Obra de Luiz Gama é tão fascinante quanto a vida do abolicionista](#)

*Valdir Simão, ex-CGU: ["O que está em curso é um claro processo de desprestígio das carreiras públicas"](#)

Date Created

29/12/2020